

# **Desenraizar o ordenamento**

**Território, Planeamento e Urbanismo  
na pós-colonialidade portuguesa**

**RICARDO CARDOSO**

---

## RESUMO

Centro para alguns e periferia de muitos outros, Portugal ocupa um lugar peculiar nas ecologias de produção de conhecimento urbano contemporâneo. Se por um lado a noção de ordenamento que por cá se tem vindo a gerar representa a norma a partir da qual a ordem é definida em várias partes do mundo, por outro lado a teoria urbana chega-nos de outros lugares. Nada disto é surpreendente. Em boa verdade, raros são os casos em que a noção de ordenamento é absolutamente interior à realidade empírica na qual é aplicada. Porém, as trajetórias percorridas pela teoria estão longe ser simétricas. Os conceitos não estão uniformemente distribuídos e a natureza hierárquica das relações Norte-Sul desempenha aqui um papel fundamental.

Este artigo procura ensaiar uma abordagem pós-colonial às questões do território, planeamento e urbanismo em Portugal. Partindo da importância de considerar as itinerâncias da teoria, o que está aqui em causa é um “duplo movimento de deslocalização e de localização” semelhante aquele proposto por Manuela Ribeiro Sanches em *Deslocalizar a Europa* (2005). Há, porém, um longo caminho a percorrer e antes de poder deslocalizar há que desenraizar. Com este artigo pretende-se estabelecer pontos de partida para a reinterpretção das formas de conhecimento urbano que por cá se produz, questionando as

suas certezas epistemológicas e pondo em causa os seus horizontes geográficos e disciplinares. Pretende-se, por outras palavras, lançar bases para muitas viagens teóricas “pelos interstícios das culturas, nações e disciplinas” (Ribeiro Sanches 2005: 8). Bases essas que terão três breves itinerários: o primeiro percurso far-se-á pelos estudos pós-coloniais, a segunda rota trilhará as inflexões portuguesas ao pensamento pós-colonial, e a terceira trajetória seguirá as principais zonas de impacto da pós-colonialidade nas disciplinas de estudo e ordenamento do território a nível internacional. Estes três itinerários irão então desembocar numa análise do conhecimento sobre território, planeamento e urbanismo no contexto Português.

Ao analisar as propostas teóricas de João Ferrão e Álvaro Domingues, dois autores que recorrentemente põem em causa o núcleo dominante das disciplinas de ordenamento em Portugal, este artigo pretende ilustrar o quão enraizada está a imaginação colonial no nosso território, planeamento e urbanismo. Também aqui há muito por descolonizar. Também aqui há que estimular novas formas de interpretar, compreender e ensinar o passado e o presente.

### PALAVRAS-CHAVE

Teoria Urbana · Planeamento ·  
Pós-colonialismo · Portugal ·  
Trajetórias Conceptuais

## ABSTRACT

Center for some and periphery of many others, Portugal occupies a peculiar place in the production ecologies of contemporary urban knowledge. If, on the one hand, the notion of planning that has been generated here represents the norm from which order is defined in various parts of the world, on the other hand, urban theory reaches us from other places. None of this is surprising. In fact, there are few cases in which the notion of planning is absolutely interior to the empirical reality in which it is applied. However, the trajectories travelled by theory are far from being symmetrical. Concepts are not uniformly distributed and the hierarchical nature of North-South relations plays here a fundamental role.

This article tests a postcolonial approach to issues of territory, planning and urbanism in Portugal. Starting from the importance of considering how theory travels, what is at issue here is a "double movement of dislocation and location" similar to that proposed by Manuela Ribeiro Sanches in *Deslocalizar a Europa* (2005). There is, however, a long way to go and before we can dislocate, we must uproot. This article intends to establish starting points for reinterpreting the forms of urban knowledge that is produced here, probing its epistemological certainties and calling into

question its geographical and disciplinary horizons. The objective is, in other words, to lay foundations for many theoretical journeys "through the interstices of cultures, nations and disciplines" (Ribeiro Sanches 2005: 8). In doing so, three short itineraries are pursued: the first course will follow postcolonial studies, the second route will trace some of the Portuguese inflections to postcolonial thought, and the third trajectory will track the impact of postcolonialism in the urban and planning disciplines at the international level. These three itineraries will then lead to an analysis of knowledge about territory, planning and urbanism in the Portuguese context.

By examining the theoretical proposals of João Ferrão and Álvaro Domingues, two authors who recurrently question the dominant core of planning in Portugal, this article intends to illustrate how rooted the colonial imagination is in our territory, planning and urbanism. Here too there is much to decolonize. Here too we must encourage new ways of interpreting, understanding, and teaching the past and the present.

### KEYWORDS

Urban Theory · Planning ·  
Postcolonialism · Portugal ·  
Conceptual Trajectories

# Desenraizar o ordenamento

## Território, planeamento e urbanismo na pós-colonialidade portuguesa

### RICARDO CARDOSO

*Investigador | Membro Integrado*

CITTA - Centro de Investigação do Território,  
Transportes e Ambiente (FEUP/FCTUC)

*Assistant Professor Faculty Fellow of Social & Cultural Analysis  
NYU (New York University)*

Luanda, 18 de abril de 2012. A minha estadia no IPGUL, o Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda, estava no início quando, pela primeira vez, ouvi de viva voz algo que me acompanharia ao longo de todo o meu trabalho de campo na capital angolana. Em conversa casual com um dos funcionários do instituto, alguém que por sinal havia estudado em Portugal, foi-me dito que o maior problema de Luanda eram as ocupações anárquicas. Na sua perspetiva, dizia-me perentoriamente enquanto caminhávamos em direção ao refeitório, o défice de planeamento e a incontrolável expansão dos musseques tinham-na conduzido à situação de profunda crise em que se encontrava. Durante os meses seguintes, entre a imprensa local e múltiplas outras conversas com profissionais do ordenamento do território, viria a confrontar-me inúmeras vezes com esta asserção negativa da forma como a cidade cresceu – um diagnóstico cujos pressupostos analíticos são não apenas de carácter legal e regulamentar, mas também de cariz estético e político (Gastrow, 2014). Mas naquele dia, a primeira vez que pude responder diretamente a tal apreciação crítica, aquilo que imediatamente me veio à cabeça foi o modo como sempre me habituei a ouvir falar de território, planeamento e urbanismo em Portugal.

Como Idalina Baptista havia então recentemente exposto, a ideia de que Portugal é um país desordenado é frequentemente repetida nas avaliações que se fazem do seu território e das suas práticas urbanas (ver Baptista, 2012). Mais do que um diagnóstico preciso ou um facto consumado sobre a condição urbana portuguesa, argumenta Baptista com base numa revisão

crítica de alguns autores-chave na área do estudo do território e do desenvolvimento urbano em Portugal, a ideia do país desordenado funciona como uma construção intelectual e discursiva que organiza e condiciona a percepção dos problemas urbanos e o modo de lidar com eles. As cidades são vistas pelo que não são. O território é imaginado em função de tudo aquilo que carece para atingir o horizonte normativo da modernidade. O presente e o futuro das nossas cidades, sugere a autora, são assim moldados pela distância que nos separa da experiência urbana a partir da qual emergem as categorias universais da noção de ordenamento.

Em Portugal, como em Angola, a teoria urbana chega-nos de outros lugares. Ou seja, as ferramentas conceptuais que usamos para olhar e intervir no território percorrem trajetórias histórica e geograficamente extrínsecas à experiência específica das nossas cidades. Em boa verdade, para ser mais preciso, raros são os casos em que a noção de ordenamento é absolutamente interior à realidade empírica na qual é aplicada. Porém, as trajetórias percorridas pela teoria estão longe ser simétricas. Os conceitos não estão uniformemente distribuídos e a natureza hierárquica das relações Norte-Sul desempenha aqui um papel fundamental. Por exemplo, se a ideia de país desordenado em Portugal pressupõe uma definição de ordem formulada a partir do centro da Europa, a noção de ocupações anárquicas em Luanda presume um desvio em relação a uma norma da qual Portugal também faz parte. O que raramente se vê, particularmente se tivermos em conta o longo espectro de cumplicidades coloniais do ordenamento do território, são trajetórias normativas percorridas em sentido contrário.

Naquele dia em Luanda, em resposta ao funcionário do IPGUL, deu-me para falar da suposta falta de planeamento em Portugal. Ele respondeu com uma referência às novas práticas de ordenamento que Angola estava a importar da China e acabámos a discutir o conceito de unidade de vizinhança da escola moderna. Quatro anos depois, de volta a Portugal e aos debates nas disciplinas de estudo e ordenamento do território no nosso país, confronto-me com a abrangência geográfica desta conversa e o feixe de relações epistémicas que lhe está implícito. E questiono-me sobre as trajetórias do conhecimento urbano que por cá se produz. E interrogo-me sobre as ideias que escolhemos valorizar. E pergunto-me sobre as histórias que preferimos contar. E concludo destas dúvidas e questões, moldado que estou pelos desafios com que me deparei no meu trabalho de investigação em Luanda, que estará na altura de ensaiarmos uma abordagem pós-colonial às questões

do território, planeamento e urbanismo em Portugal. O objetivo do presente artigo é começar a alicerçar esta abordagem.

## **1. PONTOS DE PARTIDA**

### **Reconsiderando a Teoria Itinerante**

Começamos então num dos possíveis inícios, com Edward Said. Autor de *Orientalismo*, a análise crítica das “representações ocidentais do Oriente” (2004 [1978]) que no final dos anos setenta criou a matriz basilar para o desenvolvimento inicial dos estudos pós-coloniais, Said contribuiu determinantemente para hoje em dia podermos decompor e examinar a criação de perceções histórico-culturais bem como a propagação de ideias e tradições. Entre as suas várias contribuições para as ciências sociais e humanas, destacam-se as reflexões sobre as “viagens da teoria”, tema sobre o qual escreveu um ensaio pouco tempo de depois da publicação de *Orientalismo* (ver Said, 1983). Sempre que a teoria viaja, sugeria Said nesse texto, o trajeto que percorre nunca está desimpedido. As suas componentes conceptuais ficam marcadas não só por cada momento histórico que atravessam, mas também por cada lugar que passam. Ao deslocar-se no tempo e no espaço, a teoria é então continuamente reformulada de acordo com as condições locais de institucionalização e representação. Pelo caminho, enquanto se transforma, nem todos os seus aspetos sobrevivem. Segundo o argumento deste ensaio, desenvolvido através da análise da forma como a teoria da reificação do Húngaro Georg Lukács foi retomada por Lucien Goldmann em Paris e Raymond Williams em Cambridge, algumas das ideias da teoria desaparecem, outras são substituídas e muitas são completamente esquecidas. A “teoria itinerante”, conclui Said, perde assim o seu poder original.

Mas Edward Said não se deu por satisfeito com esta sua interpretação e no início dos anos noventa “reconsiderou” as suas próprias reflexões (Said, 2005 [1994]). Pegando agora em duas outras viagens da proposta de Lukács, uma pela mão de Theodor Adorno e a outra pela de Frantz Fanon, ele chega a conclusões bastante distintas das anteriores. Uma primeira diferença é que este segundo ensaio coloca a ênfase na “dispersão geográfica de que o motor teórico é capaz” (Said, 2005, p. 42). Quando Adorno e Fanon utilizam o pensamento lukácsiano sobre a relação sujeito-objeto, o primeiro para compreender o lugar de Schoenberg na história da música e o segundo para destacar a separação entre colonizador e colonizado a partir da Argélia, “vemo-los não

somente como vindo simplesmente depois de Lukács, usando-o como algo de tardiamente secundário, mas antes empurrando-o de uma esfera ou região para outra” (ibid.). O que este movimento sugere, propõe Said, é “a possibilidade de que lugares, sítios e situações sejam ativamente diferentes para a teoria, sem universalismos fáceis ou totalizações generalizadores” (ibid.). Mas ele ainda vai mais longe nesta sua segunda análise da “teoria itinerante”. Se na *Filosofia da Nova Música* (Adorno, 2008 [1948]) ele já encontra “um exemplo particularmente eloquente de uma teoria que viajou, tornando-se mais resistente, mais dura, mais recalcitrante” (Said, 2005, p. 30), é em *Os Condenados da Terra* (Fanon, 2015 [1961]) que Said verdadeiramente se extasia perante uma teoria em movimento a ser “desenvolvida com uma energia intelectual e política devastadoras” (Said, 2005, p. 30). Estes reacendimentos de uma teoria que viajou para diferentes lugares, permitem-lhe uma leitura muito mais otimista da itinerância das ideias, levando-o mesmo a declarar que “o objetivo da teoria é [...] viajar, indo para além dos seus limites, emigrar, permanecer em certo sentido no exílio” (Said, 2005, p. 41).

É precisamente com esta afirmação em epígrafe que a introdução a *Deslocalizar a Europa* se inicia. Na verdade, a “reconsideração” que Said faz da sua própria “teoria itinerante” ocupa um lugar de destaque nesta recolha e tradução de textos sobre “antropologia, arte, literatura e história na pós-colonialidade” quem em 2005 foi publicada pelo Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Quem o diz é a sua organizadora, Manuela Ribeiro Sanches, que o seleccionou para abrir o volume. Tal como ela o apresenta, a sua importância advém não só do conteúdo do ensaio, mas também da “deslocalização” que lhe serve de base. Com efeito, se a preocupação de Said com as itinerâncias da teoria ocupou um papel central na preparação de *Deslocalizar a Europa*, foi também o seu esforço de reconsideração que impulsionou e deu forma à sua publicação, em particular o modo como este incorpora e celebra o facto de que Fanon “lê a tradição ocidental (...) a partir da história colonial e dos processos de violência racial e económica a ela associados, sabendo, ao mesmo tempo, que estes constituem parte integrante da história metropolitana” (Ribeiro Sanches, 2005, p. 8). “Através desta releitura das viagens da teoria”, declara Ribeiro Sanches na sequência desta observação (ibid.), “Said propõe assim uma deslocalização decisiva, uma mudança de perspectiva, introduzindo aquilo a que se pode designar de ponto de vista pós-colonial”.

Escrito a partir de Portugal, com os desafios do seu território em mente, este artigo segue na linha da proposta de *Deslocalizar a Europa*. “Falar de um ponto de vista pós-colonial, a partir de uma perspetiva europeia”, afirma aí Manuela Ribeiro Sanches (ibid.), “corresponde a sublinhar não tanto o fim do colonialismo quanto, sobretudo, um outro modo de ler o passado e o presente”.

Ao assumir este ponto de vista, o que está em causa no presente artigo não é necessariamente a mudança do objeto de estudo e intervenção no planeamento do território em Portugal, mas sim um “duplo movimento de deslocalização e de localização” semelhante aquele que é proposto no livro organizado por Ribeiro Sanches (2005, p. 21). Porém, parece-me haver aqui um longo caminho a percorrer. Como se tentará ilustrar na última parte deste texto, a imaginação colonial está de tal forma enraizada nas disciplinas de estudo e ordenamento do território em Portugal que é necessário começar por desconstruir alguns dos seus pressupostos. Antes de poder deslocalizar há que desenraizar. Assim, não se pretende para já alargar o âmbito do conhecimento urbano que por cá se produz, fazendo-o chegar a “outros” contextos e realidades. Pretende-se, isso sim, estabelecer pontos de partida para a sua reinterpretação, questionando as suas certezas epistemológicas e pondo em causa os seus horizontes geográficos e disciplinares. Pretende-se, por outras palavras, lançar bases para muitas viagens teóricas “pelos interstícios das culturas, nações e disciplinas” (Ribeiro Sanches, 2005, p. 8). Viagens essas que terão múltiplos itinerários, três dos quais iremos agora explorar brevemente.

O primeiro percurso, já de alguma forma iniciado com esta introdução, será muito breve e vai bem para lá das margens do território, planeamento e urbanismo em Portugal. O objetivo aqui é simplesmente dar a conhecer um pouco da história dos estudos pós-coloniais, apontando de forma muito abreviada algumas das suas linhas temáticas mais relevantes no contexto do presente artigo. A segunda rota que iremos trilhar faz-se pelas margens disciplinares do ordenamento do território no contexto português. Tal como no primeiro itinerário, o intuito aqui é esboçar os contornos das inflexões portuguesas ao pensamento pós-colonial, prestando particular atenção àquelas que são as questões mais significativas para o estudo e a prática do ordenamento do território no nosso país. Na terceira trajetória que vamos seguir voltamo-nos a afastar geograficamente de Portugal para nos aproximarmos indubitavelmente do âmbito disciplinar desta revista. Pretende-se aí analisar com algum detalhe as principais zonas de impacto da pós-colonialidade nas disciplinas de estudo e ordenamento do território a nível internacional,

um caminho que tem permanecido praticamente marginal ao pensamento urbano em Portugal. Estes três itinerários irão então desembocar numa análise do conhecimento sobre território, planeamento e urbanismo em Portugal. Certamente menos ambicioso que o esforço analítico de Idalina Baptista (2012), o comentário que se faz na última parte deste artigo segue no encalce da sua crítica alargada à ciência que por cá se produz. Mas fá-lo focando-se em dois autores-chave que escapam à análise crítica de Baptista e cujo posicionamento teórico é também ele mais ou menos extrínseco ao núcleo dominante do ordenamento do território em Portugal. E fá-lo adotando um ponto de vista assumidamente pós-colonial.

## **2. ITINERÁRIO 1**

### **Pelos Estudos Pós-Coloniais**

Os estudos pós-coloniais surgiram, na década seguinte à publicação de *Orientalismo* por Edward Said (2004 [1978]), como corpo teórico associado ao pós-estruturalismo e à chamada “viragem cultural” nas ciências sociais e humanas. Os seus primeiros passos foram dados nas academias britânica e norte-americana, entre o final dos anos setenta e o início dos anos oitenta, com o avultar da crítica à marginalização das literaturas não-ocidentais do corpus canónico dos estudos literários. Por volta dessa mesma época, a partir do subcontinente Indiano (mas com um pé bem assente na Universidade de Sussex, em Inglaterra), começou a tomar forma o chamado Grupo de Estudos Subalternos, que em muito contribuiu para sua consolidação inicial. Sob orientação de Ranajit Guha, este coletivo essencialmente formado por historiadores de origem indiana como Partha Chatterjee, Gyan Prakash ou Dipesh Chakrabarty surgiu com o intuito de contrariar o elitismo de uma prática historiográfica acusada de estar amarrada ao colonialismo e ao pensamento eurocêntrico (ver Guha and Spivak, 1988). Influenciados pelas ideias de Antonio Gramsci, o grupo pretendia então rever a história moderna do subcontinente Indiano partindo do ponto de vista dos grupos sociais sujeitos à hegemonia das classes dominantes; ou seja, tomando como sua a perspectiva do subalterno – um programa cuja exequibilidade foi entretanto posta em cheque pela autora indiana Gayatri Spivak e seu influente ensaio crítico “Can the Subaltern Speak?” (a sua primeira iteração escrita foi publicada em 1985). Então reconhecida pelo seu prefácio a *Da Gramatologia*, o livro de Jacques Derrida cuja tradução para inglês havia completado em 1976, esta teórica e crítica literária

radicada nos Estados Unidos não só moldaria o futuro intelectual do Grupo de Estudos Subalternos como também se viria a tornar uma das figuras de proa dos estudos pós-coloniais. Por último, ainda no âmbito da afirmação inicial deste corpo teórico, há que referir a importância de dois autores da área dos estudos culturais e literários, também eles com identidades hifenizadas. Nos Estados Unidos, os ensaios de Homi Bhabha, os mais importantes dos quais foram publicados em *The Location of Culture* (1994), inauguraram um léxico teórico que inclui conceitos como mimetismo, hibridez ou ambivalência e cuja influência na construção teórica do pós-colonialismo é assinalável. Em Inglaterra, Paul Gilroy marcou de forma decisiva o estudo da diáspora com *The Black Atlantic* (1993).

Esta abreviadíssima e necessariamente insuficiente biografia daqueles que foram os primeiros desenvolvimentos dos estudos pós-coloniais deixa transparecer algumas das suas características. Desde já se percebe que mais do que se referir uma temporalidade, ou ao período histórico subsequente à independência política das colónias, o pós-colonialismo é aqui fundamentalmente um conceito teórico-metodológico. Com efeito, foi enquanto forma de pensamento e discurso crítico que a problemática pós-colonial se configurou, ao longo das últimas três ou quatro décadas, como fator de inquietação e transformação transversal a diferentes áreas disciplinares. Tendo ainda moldado e, em torno, sido influenciado por várias formações teóricas emergentes, como foi o caso dos estudos culturais ou da teoria feminista, o campo dos estudos pós-coloniais rapidamente se desmultiplicou em várias correntes e perspetivas heterogêneas, sendo por isso praticamente impossível de identificar ou circunscrever um corpus teórico e metodológico preciso. Dito isto, há que enfatizar o facto de que todas as suas diferentes correntes e perspetivas se firmam na crítica aos efeitos prolongados do colonialismo, em particular à dominação do Norte sobre o Sul, e também que procuram com as suas análises incorporar pontos de vista que têm sido assim subalternizados na constituição do mundo contemporâneo. Isto tem um conjunto importante de implicações político-culturais, mas sendo que é a questão epistemológica aquela que aqui mais nos interessa, foquemo-nos por um momento nos seus atributos gerais.

Para além de consagrar a possibilidade de repensar a literatura, a história ou a sociologia a partir de perspetivas antes marginalizadas, os estudos pós-coloniais fundam uma abordagem crítica à produção moderna de conhecimento. Ao revelar o papel fulcral do colonialismo na subalternização das formas de assimilar e compreender a realidade social que fogem aos

preceitos universalistas da modernidade eurocêntrica, esta abordagem (para a qual, como veremos em baixo, Boaventura de Sousa Santos tem sido um dos mais prolíficos contribuidores) contesta a ideia de que ciência moderna, com a sua estrutura disciplinar e divisão radical entre saberes, é o único modo de produção de conhecimento. Como tal, num mundo em que dispositivos de dominação cognitiva permanecem praticamente incólumes ao fim do período histórico da colónia, os estudos pós-coloniais incitam a uma dinâmica de ruptura epistemológica com a modernidade ocidental que reivindica o modo de olhar do colonizado, privilegia o reequacionamento conceptual, e valoriza a pluralidade de saberes e modos de conhecimento. Ao constituir-se, desta forma, como espaço de rejuvenescimento epistemológico, o campo dos estudos pós-coloniais engloba assim tanto esforços de consideração das chamadas “epistemologias do Sul” (ver Sousa Santos e Meneses, 2009) quanto processos de “provincialização da Europa” (Chakrabarty, 2000).

### **3. ITINERÁRIO 2** **Pelos Estudos Pós-Coloniais Portugueses**

No contexto da academia portuguesa os estudos pós-coloniais emergiram a partir da segunda metade dos anos noventa. Tal como havia acontecido em Inglaterra e nos Estados Unidos, também por cá o impacto deste corpo teórico se começou a manifestar de forma mais evidente no âmbito da crítica literária e dos estudos culturais, onde se têm vindo a destacar diferentes formas de Contar o ‘Império’ na Pós-Colonialidade (Ribeiro Sanches, 2006) e de enfrentar Fantasmas e Fantasias Imperiais no Imaginário Português Contemporâneo (Calafate Ribeiro e Ferreira, 2003). Dito isto, há que sinalizar a particular transdisciplinaridade destas abordagens e a influência crescente que os estudos pós-coloniais têm tido em várias outras áreas das ciências sociais e humanas. Desde a antropologia à história, passando pela sociologia e a geografia, bem como pelas áreas científicas pluridisciplinares como é o caso dos estudos africanos, o seu campo de ação tem-se vindo a consolidar tanto ao nível da investigação como no âmbito do ensino. Entre os vários departamentos e centros de investigação que têm contribuído para o seu desenvolvimento, o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra é provavelmente aquele que tem tido um papel mais proeminente.

Em termos de conteúdo teórico-metodológico, os estudos pós-coloniais em Portugal têm vindo a seguir os traços gerais dos debates internacionais,

mas com algumas características que lhes conferem um grau importante de especificidade. Desde logo, o seu âmbito geográfico de análise é tendencialmente exterior ao do centro de gravidade anglo-saxónico do corpo teórico central dos estudos pós-coloniais. Naturalmente, dado que os próprios pressupostos epistemológicos do pensamento pós-colonial fazem avivar o facto de que este é um corpo teórico fundamentalmente desenvolvido a partir da experiência histórica dominante dos impérios britânico e americano, o campo dos estudos pós-coloniais em Portugal tem-se quase exclusivamente dedicado ao estudo do espaço sociocultural de língua oficial portuguesa. Desta forma, como os títulos acima citados deixam transparecer – ambos retirados de dois dos mais importantes volumes editados sobre a pós-colonialidade portuguesa – é na órbita cronologicamente prolongada do império colonial português que se têm desenvolvido a maior parte das análises. Tecendo argumentos a partir de narrativas que vêm das suas margens, tanto no contexto das regiões colonizadas como no quadro da então chamada metrópole, os estudos pós-coloniais desenvolvidos em Portugal procuram novas formas de descrever o mundo criado pelo império português, novos modos de analisar os seus mecanismos de dominação e novas maneiras de considerar o que resultou da sua queda.

No que diz respeito a autores e publicações relevantes, para além dos ensaios que fazem parte dos dois volumes já mencionados, de entre o relativamente vasto manancial de trabalhos sobre a pós-colonialidade portuguesa que se poderiam aqui referir, destaca-se a forma assumidamente irónica e provocatória como, em *Um Mar Cor de Terra* (2000) e *“Atlântico Pardo”* (2002), Miguel Vale de Almeida alude a Paul Gilroy (ver acima) para uma análise sobre “raça, cultura e política da identidade” no caso «lusófono» e uma crítica contundente ao excepcionalismo luso-tropicalista. Mais próximo das questões do território, planeamento e urbanismo com que o presente artigo pretende lidar, há ainda que referir o volume *Cidade e Império*, uma compilação de textos que “trata de dinâmicas presentes nos espaços urbanos do Império português e o modo como estes se estendem por intermédio de práticas e representações, para lá da fronteira cronológica do Império” (Domingos e Peralta, 2013, p. x-xi). Outras referências poderiam obviamente ser feitas, mas aquela que provavelmente será a mais proeminente intervenção feita ao nível do pensamento pós-colonial em Portugal é a de Boaventura de Sousa Santos, diretor do supramencionado Centro de Estudos Sociais.

Como já foi acima referido, a fecunda contribuição de Sousa Santos para a crítica ao pensamento moderno ocidental, sobre o qual ele vem já refletindo

desde *Um Discurso Sobre as Ciências* (1988) e o qual ele mais recentemente classificou como “pensamento abissal” (2007), tem sido extremamente influente. Mas a sua intervenção no campo dos estudos pós-coloniais está longe de se restringir às questões epistemológicas. De uma forma mais geral, Boaventura de Sousa Santos (2006, p. 37) propõe uma “compreensão não ocidental do mundo em toda a sua complexidade”, uma abordagem pós-colonial “de oposição” em que para além de se considerar “a contraposição entre Sul e Norte” se considera ainda “a contraposição entre o Sul do Sul e o Norte do Sul e entre o Sul do Norte e o Norte do Norte”. Aquilo que é particularmente interessante aqui é a forma como esta proposta teórica decorre de um argumento-chave em torno das particularidades do pós-colonialismo português e da necessidade de o situar em relação à especificidade do colonialismo que o configura. De forma muito sumária, o que Sousa Santos argumenta é que durante séculos Portugal esteve “entre Próspero e Caliban” (2001), ocupando simultaneamente um lugar central no seu império colonial e uma posição periférica em relação ao centro da Europa. Ou seja, que Portugal tem cumprido uma função de intermediação no sistema-mundo capitalista que se estende até aos dias de hoje. Dito de outra forma, com palavras que Sousa Santos (ver 1985) vem repetindo no encalce de Immanuel Wallerstein (1984) desde os anos oitenta, Portugal é um país semiperiférico. E como tal, argumentou recentemente no “diagnóstico português” ao seu *Ensaio Contra a Autoflagelação*, a sua relação com a Europa deve ser considerada no âmbito de três grandes momentos históricos (2011, p. 40-57): o momento da rejeição (1890-1930), o momento da aceitação (1974-2011) e aquele que estamos agora a viver, o momento da tolerância, em que a rejeição se disfarça de aceitação.

#### **4. TINERÁRIO 3** **Pelos Estudos Urbanos Pós-Coloniais**

Não seria possível percorrer a trajetória da teoria pós-colonial pelo espaço da cidade contemporânea sem começar por mencionar o trabalho pioneiro de Jane M. Jacobs em meados dos anos noventa. Com quatro casos de estudo sobre a condição urbana em Inglaterra e Austrália, *Edge of Empire* (1996) foi um dos primeiros esforços para considerar o legado do imperialismo colonial nas formas contemporâneas de produção do espaço. Mas foi a partir do Sul que, uns anos mais tarde, os estudos urbanos pós-coloniais se começaram a consolidar de forma mais sistemática.

A intervenção de Jennifer Robinson tem sido aqui uma das mais incisivas. Apoiando-se em reflexões e análises que vinham sido desenvolvidas de forma relativamente inconcludente desde meados dos anos 90, ela ganhou visibilidade com um agora muito citado artigo de 2002, destacou-se com a edição de *Ordinary Cities* em 2006, e tem-se vindo a fortalecer ao longo dos anos com várias outras publicações. Tendo surgido depois da viragem do século, numa altura em que se haviam já consolidado múltiplos esforços para compreender a geografia da globalização através da análise da posição e do funcionamento das cidades na economia-mundo, uma das suas principais observações críticas foi de que o campo dos estudos urbanos continuava a remeter a maior parte das cidades para “fora do mapa” cognitivo que o sustém. Tinha sido assim com Robert Park e Louis Wirth, durante a formação da Escola de Chicago e a constituição da sociologia urbana como ramo de estudos especializados (ver Robinson, 2004 e 2006, p. 13-40). Continuava a ser assim na forma como Saskia Sassen ou Peter Taylor, dois dos mais importantes proponentes da abordagem que então dominava a disciplina, haviam recentemente categorizado e hierarquizado o mundo urbano em função das chamadas “cidades globais” (Sassen, 2001) e da “rede de cidades mundo” (Taylor, 2004) que a partir delas se ordenava (ver Robinson, 2002, 2005 e 2006, p. 93-115). De fora ficava, expôs Robinson citando o capítulo introdutório a um dos principais volumes desta literatura, uma imensidão de populações urbanas “economicamente irrelevantes” (Knox, 1995, p. 41 in Robinson, 2002, p. 534). Perante tal desconsideração pelo que está para além dos supostos centros organizacionais da economia global, dada a enorme discrepância entre as visões estreitas da teoria e a real amplitude das urbanidades contemporâneas, a sua avaliação dos limites e possibilidades das disciplinas de estudo das cidades tem sido implacável.

O que Jennifer Robinson argumenta, na senda da crítica pós-colonial e na linha de algumas análises que foram sendo desenvolvidas na periferia dos estudos urbanos, é que esta assimetria persiste pois aquelas que são abordagens tendencialmente economicistas e (ainda) algo imperialistas estão assentes numa separação geográfica profunda, uma divisão prolongada entre as cidades de onde emana a teoria e todas as outras para onde as intervenções desenvolvimentistas se dirigem. O mapa que daqui resulta, diz-nos então, o mapa com o qual pensamos e construímos os estudos urbanos, é necessariamente desequilibrado. Cintilantes no seu centro estão, em grande maioria, cidades do Ocidente. Fora dele, agregadas sob o desígnio do ‘subdesenvolvimento’ ou da ‘urbanização da pobreza’, estão aquelas cidades que anteriormente

havam sido remetidas ao ‘terceiro-mundo’; as mesmas que nos compêndios da disciplina, tal como nos cursos de arquitetura e urbanismo, constituem pouco mais do que um apêndice. Ou seja, na leitura que Robinson faz dos estudos urbanos, se é a partir da experiência e da história de algumas cidades que as categorias, os padrões e as normas de urbanidade se têm constituído, a maior parte das cidades são persistentemente diagnosticadas pelo que ainda não são, a partir de modelos pré-determinados e em função de princípios inaplicáveis. No caso das abordagens dominantes na altura, o conceito de cidade global surge assim como uma “ficção reguladora” (2002, p. 546) do planeamento e das políticas urbanas.

O problema aqui não é que existam cidades diferentes, que não se conformam ao quadro teórico existente ou que são constituídas por configurações económicas e modos de urbanidade cuja categorização está por especificar. O problema está antes no profundo e continuado enraizamento do colonialismo e do neoimperialismo nas premissas e práticas da teoria urbana contemporânea. Segundo o argumento de Robinson, são as circunscrições territoriais sobre as quais o imaginário teórico da disciplina se edifica que a limitam profundamente. Em particular, impedem-na de ajudar a compreender a complexidade das economias urbanas e a imensa diversidade de formas de vida existente em cidades pelo mundo fora. Na perspetiva da autora, tal como na de Anthony King (1990) antes dela, os estudos urbanos estão assim “profundamente divididos contra si mesmos” (2002, p. 533). Não apenas porque esta geografia fragmentada da teoria urbana compromete a sua própria vitalidade, tornando-a irrelevante ou até mesmo prejudicial na maior parte do mundo, mas também porque assim se impõem enormes constrangimentos à capacidade de imaginar e planear o futuro dessa vasta maioria de cidades não-cartografadas. Para contrariar esta tendência, para que a relevância dos estudos urbanos não defina perante os múltiplos desafios da contemporaneidade, é necessário que a disciplina “descolonize a sua própria imaginação” (Robinson, 2002, p. 546) – sobre o que constitui a urbanidade e sobre os limites e as possibilidades do que as cidades podem ser.

É então a partir de regiões urbanas fora do mapa cognitivo vigente que Jennifer Robinson defende ser crucial fomentar uma abordagem alternativa ao estudo das cidades. O que ela se propõe a fazer em *Ordinary Cities*, o livro que compila e sistematiza a sua intervenção académica no início do milénio, é a estabelecer as bases para uma teoria urbana pós-colonial. Tal como o título da introdução ao livro indica, este esforço de revitalização epistemológica

requer a “pós-colonização dos estudos urbanos”. Um dos primeiros passos a dar nesse sentido, Robinson tem vindo a dizer desde os seus primeiros artigos, envolve conseguirmo-nos libertar daquilo a que designa como “imperativo da categorização” (2002, p. 549). Em vez de nos preocuparmos em rotular e classificar cidades de acordo com demarcações perentórias e inflexíveis, e para que consigamos romper com as ambições universalistas e homogeneizadoras de abordagens fundamentalmente paroquiais (cf. Chakrabarty, 2000), o que ela propõe é que a disciplina embarque num projeto cosmopolita de reflexão sobre as características e funcionamento de “um mundo de cidades ordinárias” (2006, p. 1) – um mundo complexo, extremamente heterogêneo e profundamente interligado, com múltiplas configurações económicas e constituído por uma enorme diversidade de experiências e conhecimentos. Ao ampliar o alcance geográfico dos seus recursos empíricos, ao descentrar os seus pontos de referência – ao “deslocar a modernidade” e ao “diversificar o desenvolvimento” (ver Robinson 2006, p. 3-12) – a teoria urbana a desenvolver deverá assim refletir as trajetórias prosaicas de cidades por toda a parte. A possibilidade de considerar todas as cidades dentro do mesmo campo de análise é, desta forma, o “requisito fundamental para um urbanismo pós-colonial” (Robinson 2006, p. 170).

Esta intervenção de Jennifer Robinson coloca-nos perante a necessidade urgente de ir para além de abordagens dicotómicas que no Norte criam modelos e a Sul vêm apenas problemas. Quem o diz é Ananya Roy, outra das mais acérrimas defensoras da pós-colonização dos estudos urbanos, quando numa das suas publicações mais citadas se propõe a seguir o percurso apontado por Robinson. “O estudo das cidades”, afirma na mesma linha, “está hoje marcado por um paradoxo” (2005, p. 147). Pese embora a maior parte do crescimento urbano esteja a acontecer nos países em desenvolvimento, assinala a autora, a produção de teoria sobre o funcionamento das cidades permanece enraizada algures entre a Escola de Chicago de sociologia urbana e a Escola de Los Angeles de geografia pós-moderna. Publicado na revista da Associação Americana de Planeamento em 2005, o artigo de Roy assenta então na possibilidade de trilhar o caminho traçado por Robinson através do encorajamento de formas de intervenção no planeamento do território que procurem aprender com as cidades do Sul. Referindo um conjunto importante de congruências entre políticas de combate à informalidade nessas mesmas cidades e esforços de gestão dos espaços da pobreza no contexto americano, o que Ananya Roy faz é resgatar o enquadramento

que ela própria contribui para dar à problemática da informalidade urbana – tema sobre o qual ela havia então recentemente coorganizado um livro composto de “perspetivas transnacionais do Médio Oriente, América Latina, e Ásia Meridional” (Roy e AlSayyad, 2004) – para então argumentar que algumas das questões que daí advêm podem munir urbanistas e planeadores americanos com ferramentas importantes para a sua própria prática. Vejamos então, sucintamente, de que forma.

Assinalando a crescente proeminência da informalidade nas agendas do desenvolvimento internacional e do planeamento urbano, Roy começa por identificar duas formas dominantes de interpretar e lidar com a sua problemática (ver Roy, 2005, p. 148-150). Para um dos lados, encabeçado nesta sua caracterização por Peter Hall (ver Hall and Pfeiffer, 2000), a informalidade é a expressão última do crescimento urbano desmesurado. Para a outra frente interpretativa, aqui indiscutivelmente liderada por Hernando De Soto (ver De Soto, 2000), a informalidade constitui uma forma de intrépido empreendedorismo. É então identificando aquilo que aproxima estas duas visões aparentemente contrastantes – em particular o pressuposto a partir do qual ambas examinam a informalidade como um fenómeno, uma região ou uma esfera de ação fundamentalmente separada da formalidade pelo processo de modernização – que Roy apresenta uma abordagem alternativa ao seu estudo assente na rejeição inequívoca da noção de setor informal. Uma vez concetualizada como “modo generalizado de urbanização” (ver também Roy e AlSayyad, 2004), a informalidade passa então a poder ser percebida não como exceção ao planeamento (ou como algo que lhe é antagónico e que precede à regulação do estado), mas antes como um sistema de normas por si produzido para governar o processo de transformação urbana. É este discernimento vindo do Sul que, segundo Roy, pode servir para ajustar formas de planeamento e intervenção urbana nos Estados Unidos. Em especial, ao colocar ênfase no poder do estado para suspender a ordem, para demarcar a fronteira entre formal e informal, e para determinar que formas específicas de informalidade irão prosperar ou desaparecer, este entendimento da informalidade urbana possibilita novas formas de pensar e agir perante os desafios da pobreza e da justiça social no contexto das cidades americanas. Ou seja, quando conceptualizada fora dos enquadramentos da crise e do heroísmo, a informalidade urbana passa a poder constituir “uma importante epistemologia para o planeamento” (Roy, 2005, p. 156).

Na sequência destas ideias, num posterior artigo de 2009, Ananya Roy procura articular os contornos das “novas geografias da teoria urbana”. Para o fazer, diz a autora uma vez mais no seguimento de Jennifer Robinson, é necessário recalibrar as geografias autorizadas de criação de conhecimento e “deslocar o centro” (Roy, 2009, p. 820-821) euroamericano de produção teórica para o Sul global. Isto não é o mesmo que simplesmente defender a diversificação do âmbito geográfico das análises empíricas, nem equivale meramente à necessidade de reconhecer a multiplicidade de cidades existentes e as suas formas alternativas de desenvolvimento. Nem tão pouco corresponde a um argumento sobre a inaplicabilidade de ideias vindas do Norte. Tal como Robinson, Roy está antes preocupada com o confinamento dos locais a partir dos quais se teoriza, com os limites assim impostos à imaginação e com a flagrante indigência epistemológica que daí resulta. Aquilo que está em causa não é apenas o insucesso das representações totalizantes da modernidade ou a ideia de que não existe uma única teleologia da modernização (ver Roy, 2011, p. 311). Aquilo que tem que ser questionado, dirá mais tarde citando Robinson (2004: 709), é a “relação privilegiada entre modernidade e certos tipos de cidades” (in Roy, 2011, p. 309). Por forma a contribuir para colmatar estas insuficiências, para que uma teoria urbana mais cosmopolita se comece a constituir, o que este seu artigo faz é considerar um repertório de cidades completamente diferente dos que normalmente se convocam quando se pondera a experiência urbana contemporânea, para então esboçar um conjunto de “conceitos para a metrópole do século XXI” (Roy, 2009, p. 824-828). Partindo assim de múltiplos tratamentos da questão urbana em diferentes regiões do Sul global (Roy, 2009, p. 821-824), Roy apresenta um aparato conceptual organizado em três vetores distintos que servem como contraponto a três modelos teóricos vindos do Norte. Em contraste com as abordagens hierarquizantes da teoria das cidades globais (citando, também, Sassen e Taylor), ela propõe-se a explorar práticas de inscrição das cidades no mundo. Como complemento às interpretações marxistas focadas nas dinâmicas de acumulação e regulação urbana (citando Harvey, 1989, Smith, 1996 ou Brenner, 2004), ela sugere a noção de informalidade como modo de produção do espaço. Em conversação com as leituras pós-modernas da fragmentação e reestruturação das cidades-região (citando Soja, 1992, Davis, 1990 ou Dear e Leclerc, 2003), ela dá ênfase ao imbricamento da construção da nação

nas geografias da exo-urbanidade e à sua subsequente extraterritorialidade.

Já deverá ser claro por agora que tanto Jennifer Robinson quanto Ananya Roy estão mais interessadas na pós-colonialidade como deslocação epistemológica do que como conjuntura sócio-histórica ou disposição político-institucional. Poderíamos confirmá-lo no modo como Robinson se tem ultimamente dedicado a defender a “proliferação do gesto comparativo” (2011, p. 19) como meio de expansão dos recursos dos estudos urbanos para a produção teórica num mundo de cidades, mas para o caso de restar alguma dúvida vejamos a forma como Roy apresentou a sua versão de “urbanismo pós-colonial”. No ensaio de fecho a *Worlding Cities*, o livro que coorganizou sobre “experiências Asiáticas e a arte de ser global” (Roy e Ong, 2011), ela começa por se declarar “especialmente interessada no projeto do urbanismo pós-colonial e no modo como o estudo das cidades pode ser enriquecido através de um compromisso renovado com os estudos pós-coloniais” (Roy, 2011, p. 307). Embora o urbanismo pós-colonial seja normalmente concebido ora como categoria contemporânea das antigas cidades coloniais, ora como descritor das formas heterogêneas de subalternidade e resistência em contextos urbanos do Sul global, este seu compromisso com a pós-colonialidade é substancialmente diferente (ver Roy, 2011, p. 312). O projeto de Roy passa antes por tentar perceber de que formas a teoria pós-colonial poderá permitir novas linhas de pesquisa urbana e a renovação teórica das disciplinas espaciais. Uma destas formas, talvez a mais central a este seu projeto de urbanismo pós-colonial, encerra em si a incumbência de analisar as práticas de referenciação e inscrição no mundo através das quais o conhecimento urbano é constituído e de, no seguimento da provocação de Chakrabarty (2000), “provincializar’ as suas declarações geográficas” (Roy, 2011, p. 309). O que está aqui em causa, sinaliza a autora, é uma mudança importante no âmbito da pós-colonialidade. Ao deslocar-se “do pós-colonial como uma condição urbana para o pós-colonial como uma metodologia crítica de desconstrução” (2011, p. 308), Roy coloca-se assim na dianteira de uma nova forma de conceber os estudos metropolitanos globais.

## 5. PONTOS DE CHEGADA

### Aproximações ao Território, Planeamento e Urbanismo

Vila Nova de Famalicão, 20 de fevereiro de 2016. “O território é um produto social em contínua transformação. Tece-se na tensão e nos (des)encontros entre o conjunto de ações e representações, discursos e debates, imagens e pro-

jetos coletivamente produzidos que conferem sentido(s) à realidade urbana e definem plataformas de vida em comum.” Foi assim, na alocução introdutória de Nuno Travasso tal como no folheto apresentação de onde foi retirada esta citação, que se iniciaram os trabalhos da conferência “Território: Casa Comum”. Organizado pelo grupo de investigação Morfologias e Dinâmicas do Território (MDT) do Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP), no âmbito de um projeto que se desenvolveu em torno de uma exposição na Casa do Território, o fórum público juntou autores de referência em várias áreas disciplinares. A sua intenção não foi apenas, conforme o programa de sessões para o dia, “olhar, planear e imaginar” a “cidade continuada do Vale do Ave”, o objeto de estudo que instigou a realização deste projeto e que faz parte das paisagens de ocupação difusa que tanto têm preenchido as preocupações do MDT ao longo dos anos. O objetivo da conferência foi também questionar os limites desta realidade. Ou, como assim declarou Álvaro Domingues no início da primeira e principal preleção da manhã, debater sobre o que é a urbanidade.

E foi de facto bem longe dali que o coordenador do projeto e professor da FAUP começou a sua intervenção. Porque a intensificação dos processos de urbanização mundial e a sua concomitante deslocação para contextos não-ocidentais, explicou de forma análoga às suas recentes descrições da contemporaneidade global, imprime à noção de urbanidade um novo espectro de significados. “É muito difícil”, escreveu-o cerca de um ano antes, “dizer se a Cidade do México, São Paulo, Lagos ou Bombaim são cidades, querendo com isso designar uma ideia de todo que sirva como descritor de uma determinada formação social e seu território” (Domingues, 2015a, p. 27). Foi então assim, com este tipo de alusão ao Sul, que nesse dia em Famalicão, Domingues enunciou um dos argumentos principais da sua apresentação, que é também uma das premissas fundamentais do seu trabalho no MDT. Como ele próprio escreve no catálogo da exposição, quando confrontados com “o conjunto de factos e assuntos de que se fala quando se fala de território, imediatamente somos inundados por uma infinidade de significações, explicações, polémicas e contradições” (Domingues, 2015b, p. 28). Ou como quando, no âmbito de um ambicioso estudo sobre formas e políticas urbanas em Portugal, escreveu sobre as terminologias do urbanismo e classificou as noções de cidade e urbano como uma “espécie de conceitos-esponja” (Domingues, 2011, p. 19; ver também 2015a), terminologias com “uma tal pluralidade de sentidos que hoje se pode questionar com razão para que é que elas servem ou que

é que elas denominam”. Perante o fim destas definições universais e de tantas outras totalidades ficcionadas, a única certeza é mesmo de que o território se constrói socialmente. Sendo impermeável a prescrições inequívocas fixadas de antemão, ele decorre sempre de um processo aberto e contínuo de “territorialização” (Domingues, 2015b, p. 34; ver também 2011: 25). Dito de outra forma, a construção do território enquanto “casa comum” acontece no seio de uma determinada organização social, no cruzamento de múltiplas formas de produção de conhecimento e de criação de sentido – modos contingentes (e potencialmente conflituantes) de objetivar e de argumentar que Álvaro Domingues (2015b) descreve no catálogo da exposição como “retóricas do território”.

Deste ponto de vista com que essa “casa comum” é montada, diante da apregoada falência do planeamento moderno e do seu projeto de cidade, torna-se imperativo desconstruir as retóricas científicas e normativas dominantes. Em alternativa, sugere Domingues e os demais proponentes do projeto em causa, devem-se promover representações narrativas do território e a constituição de um novo modo de olhar que “admite uma pluralidade infinita de jogos de linguagem e de estratégias de argumentação e de produção de sentido” (Domingues, 2015b, p. 33; Cf. Cálix, 2015, Travasso, 2015). É também necessário, Domingues tem vindo já há algum tempo a afirmar na linha das abordagens relacionais de autores como François Ascher, Manuel Castells ou Edward Soja (ver Domingues, 2008 e 2011), difundir um conjunto de conceitos, categorias conceptuais e metáforas – “um novo léxico”, como recentemente lhe voltou a chamar (Domingues, 2015a, p. 30) – que seja capaz de traduzir a passagem da ideia de cidade como referencial ou modelo único para um entendimento plural e polissémico do urbano.

Ao longo dos anos Domingues tem então vindo a introduzir um novo vocabulário para descrever e interpretar processos de urbanização contemporâneos e em particular as metamorfoses da realidade portuguesa. Um dos termos que se destaca, e que o autor desenvolve a partir da literatura sobre movimento, fluxos e urbanidade em rede, é a noção de “território como hipertexto” (Domingues, 2015c; Cf. Ascher, 2007). Um outro conceito especialmente marcante no seu léxico pessoal, e que é também desenvolvido a partir desse mesmo referencial teórico, é por ele usado para descrever uma forma urbana que faz parte daquilo que classifica como um processo extensivo de “colonização da infraestrutura viária” (Domingues, 2011, p. 59-65) e é referido na contracapa do livro que a apresenta como “a imagem perfeita” da metamorfose da cidade para o urbano (Domingues, 2009). Esta forma

urbana emergente, explicou recentemente o autor (Domingues, 2015a, p. 25), constitui uma “espécie de dispositivo sociotécnico que possibilita a mobilidade das pessoas, da informação, das mercadorias, da energia...e que funciona como uma prótese que torna possível a organização da sociedade/território”. Refiro-me, claro está, ao “elemento mais banal das formas e processos de urbanização em Portugal” (2009, p. 13), aquilo que Álvaro Domingues interpreta, relata e produz (através de estratégias narrativas tão intensamente performativas quão profundamente incisivas) como “a rua da estrada”.

Pela forma como desconstrói a ideia modernista de cidade e privilegia uma conceptualização dinâmica e fragmentada do urbano, esta é uma abordagem ao estudo do território português com enorme potencial explicativo. Quase todos, incluindo os seus detratores, parecem concordar que o trabalho de Álvaro Domingues providencia um diagnóstico preciso e rigoroso da complexidade e diversidade da realidade. A sua grande fragilidade, dizem normalmente aqueles que procuram agir no âmbito do sistema de ordenamento do território, reside na falta de capacidade de operacionalização. Como João Ferrão diria naquele dia em Famalicão, durante a sessão dedicada às formas de “planear” a urbanização extensiva, agora que o difuso é já reconhecido como uma realidade com a qual temos que lidar (e uma vez que já estamos numa fase avançada da sua análise), a questão principal que se põe é de saber “o que fazer?” Embora esta apreciação me pareça válida, a minha leitura da abordagem de Domingues levanta um outro tipo de dúvidas. Pois quando a examinamos de um ponto de vista pós-colonial, deparamo-nos com um nível de confinamento epistemológico que, do meu ponto de vista, poderá conduzir ao subaproveitamento do seu potencial explicativo e assim limitar a sua capacidade de dar inteligibilidade ao real. Mas antes de lá irmos, vamos aproveitar a presença de João Ferrão nesta conversa e analisar brevemente um dos seus textos mais recentes.

Em *O Ordenamento do Território como Política Pública* – um livro que Jorge Gaspar, um dos mais reconhecidos estudiosos da sociedade e do território em Portugal, apresenta como uma “obra fundadora” (2011, p. 9) – João Ferrão defende que entre os vários fatores que concorrem para a situação de fragilidade em que se encontra o ordenamento do território em Portugal, são questões de “cultura” as que mais condicionam o seu funcionamento (ver Ferrão, 2011, p. 20, 25 e 131-133). Por um lado, afirma o ex-Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, subsiste entre os profissionais ligados ao território uma cultura política e administrativa muito

marcada por valores, normas e práticas modernistas e como tal pouco favorável à coordenação intersectorial de base territorial. Por outro lado, garante o agora investigador principal do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, existe um acentuado défice de cultura cívica ao nível das crenças, atitudes e comportamentos de cidadãos e instituições em relação ao território. Perante este diagnóstico, por forma a construir uma política pública de ordenamento do território mais robusta e resiliente, Ferrão junta-se a vários outros críticos e analistas para apelar à criação de uma “nova cultura de território e de ordenamento do território” (2011, p. 115-125).

Dado que o desenvolvimento desta nova cultura acarreta mudanças profundas ao nível das “condições sociais de funcionamento do ordenamento do território” (2011, p. 19), João Ferrão parece então propor que se proceda de duas formas complementares. Em primeiro lugar, no seguimento de uma afirmação de John Forester na qual este defende a necessidade “*melhor teoria*” (2008, p. 299, sublinhado no original), Ferrão sugere e procura ele próprio “retirar ilações de controvérsias e debates ocorridos recentemente noutros países ou ao nível europeu sem, no entanto, esquecer o contexto particular em que a política de ordenamento do território se desenvolve em Portugal” (2011, p. 29). Em segundo lugar, por forma a tirar partido da conjugação de pressões associadas ao que designa de «efeito Mundo» e «efeito Europa», Ferrão recomenda o aproveitamento das oportunidades criadas pelas dinâmicas de convergência que, segundo a sua avaliação da bibliografia internacional, atualmente se verificam ao nível dos sistemas e culturas nacionais de ordenamento do território no contexto europeu. Em particular, sugere que se privilegiem abordagens que reconhecem a falência do racionalismo modernista e se procuram afirmar como um paradigma alternativo “para uma conceção neomoderna da política pública de ordenamento do território” (2011, p. 131) assente nos princípios da governança integrada, da democracia deliberativa e do planeamento estratégico-colaborativo.

Com múltiplas outras dimensões e aprofundamentos vários, este pequeno livro levanta um conjunto questões indubitavelmente importantes para o ordenamento do território em Portugal. Mas não foi para as discutir em pormenor que o trouxe à liça. Não pretendi aqui avaliar a competência interna da análise efetuada ou os conteúdos normativos das propostas apresentadas. O resumo da estrutura básica dos seus argumentos foi antes feito com o objetivo de poder sublinhar algumas das brechas e lacunas que neles se abrem quando colocados perante as indeclináveis circunstâncias da pós-colonialidade.

Por outras palavras, o livro até pode apresentar uma leitura sólida e construtiva dos desafios enfrentados pelo ordenamento do território em Portugal – “uma síntese, uma guia, uma causa”, como Jorge Gaspar o descreve na sua apresentação (2011, p. 9-16) – mas quando o avaliamos de um ponto de vista pós-colonial, são várias as hesitações com que nos deparamos.

Ainda que o esforço de “síntese” levado a cabo por Ferrão constitua um contributo indiscutível para o “robustecimento dos conceitos teóricos” (Gaspar, 2011, p. 10) do ordenamento do território, quando o analisamos de uma perspetiva pós-colonial é impossível não notar a paroquialidade dos seus referenciais. Se o livro pode também servir como “guia” para o “enquadramento profissional, académico e político” (ibid.) das várias artes que abordam o ordenamento do território, é também difícil não nos questionarmos sobre o alcance das suas demarcações epistemológicas. E se a “causa” do autor é, de facto, a afirmação do sistema de ordenamento do território como uma “verdadeira cultura” (ibid.), então somos obrigados a fazer algumas perguntas sobre as mentalidades que se pretendem fomentar.

Para que se possam descortinar algumas das implicações destas dúvidas e incertezas, atentemos brevemente à forma como Ferrão coloca Portugal no mundo. Vejamos, por exemplo, que “efeitos” são esses a que ele atribui a “atual convergência de conceitos, instituições, legislação e valores relacionados com uma visão do ordenamento do território mais estratégica, proactiva, prospetiva e colaborativa” (2011, p. 46). O «efeito Europa» tem tudo que ver com a “europeização de ideias, princípios, orientações e práticas no âmbito de políticas sob influência do processo de construção do projeto europeu” (2011, p. 45) e nada com aquele a que Boaventura de Sousa Santos (2011, p. 54-57) apelidou de “momento europeu da tolerância, ou seja, da rejeição disfarçada de aceitação”. Como se as dinâmicas de harmonização nos sistemas e culturas nacionais de ordenamento do território pudessem permanecer incólumes à periferalização do Sul da Europa e às determinações da economia política da dominação. E se o «efeito Mundo» se deve “à globalização do conhecimento científico e técnico e à emergência de novos modelos políticos, económicos e sociais” (2011, p. 45), quando olhamos através dos vários “debates globais” revistos por Ferrão percebemos o estreito campo de visão que eles abrem e a subsequente contenção geográfica dos modelos que nos permite ver emergir. Como se o ordenamento do território fosse um domínio exclusivamente europeu e norte-americano. Como se não existisse um imenso manancial

de modelos emergentes – com os seus conceitos, instituições, legislação e valores – noutras geografias. Como se o Sul, onde reside o futuro (e o presente) urbano e onde tanto do nosso passado se desencadeou, não tivesse “efeito”. Este nível de negligência conceptual coloca-nos perante a eventualidade do ponto de vista pós-colonial ser absolutamente inconsequente para aquilo que Ferrão se propôs a analisar. A dúvida assalta-nos: se calhar nada disto tem implicações para a afirmação do ordenamento do território como política pública em Portugal. Mas será que não? Será que ao ignorar o Sul, provavelmente por aí se verem apenas problemas, não estaremos a restringir o potencial de fortalecimento teórico necessário para essa afirmação? Será que ao enquadrar o nosso ordenamento do território exclusivamente na Europa, como se a natureza e a geografia não fossem socialmente construídas, não estaremos a promover o seu afunilamento profissional, académico e político? E será que não estamos a ser demasiadamente permissivos quando renunciamos a teorizar a partir daqui e tão facilmente assumimos formulações conceptuais de latitudes setentrionais à nossa? E que dizer da nova cultura que se pretende fomentar? Será que o “conjunto de valores” que queremos que faça parte do “projeto de País”, como diz Gaspar (2011, p. 9) ao apresentar Ferrão, não incluem a descolonização da nossa imaginação espacial e das nossas práticas urbanas? E se, de facto (e para continuar a usar os termos do preâmbulo introdutório) “a História é essencial para compreender a pertinência política, social e cultural do ordenamento do território” (Gaspar, 2011, p. 11), não estará na altura de visitar também o seu passado colonial? “Ou, por outras palavras,” que são também elas de Jorge Gaspar (ibid.), de “construir o passado do nosso presente”?

Estas questões levantam problemas eminentemente epistemológicos, sobre a forma como as disciplinas de estudo e ordenamento do território em Portugal constroem condições para a produção de conhecimento. Condições essas que estão no centro do pensamento crítico de Álvaro Domingues quando, por exemplo, desconstrói as certezas epistemológicas das retóricas científicas e normativas dominantes. Como ele próprio disse a propósito das epistemologias do território português, durante a sua apresentação em Vila Nova de Famalicão, precisamos de uma “vigilância apertada das formas de produção de conhecimento” – precisamos de um “novo imaginário”. Mas detenhamo-nos por um momento neste repto para o analisar em função das questões acima levantadas. Se por um lado a implacável crítica de Domingues à constituição de totalidades coloca um desafio crucial ao planeamento

em Portugal, por outro o confinamento dos seus pressupostos é particularmente revelador do enraizamento do pensamento colonial. Atentemos, por exemplo, à geografia do léxico que propõe.

Como já acima mencionei, a leitura que Álvaro Domingues tem da contemporaneidade global reconhece a importância da intensificação dos processos de urbanização em contextos não-ocidentais. Também já vimos de relance que Domingues descarta descrições unificadoras destes processos, sublinha a sua multiplicidade, e salienta a extensão e fragmentação das expressões urbanas que deles resultam. Nas suas próprias palavras, “serão galáxias urbanas se a metáfora cósmica servir” (Domingues, 2015a, p. 27). Mas aquilo que caracteriza estas formações urbanas emergentes na região que ele se refere como “Grande Sul” não é apenas a sua dimensão geográfica ou a sua diversidade sócio-territorial. Para Domingues, elas também “estão mergulhadas num mar de contradições” que admite uma série de outras características. Desde a paradoxal coexistência entre “socialismo esquemático” e “capitalismo tribal” (de que ouviu falar em Luanda), até às economias urbanas profundamente fraturadas entre microterritórios com inserção direta no capitalismo global e extensas regiões onde impera a informalidade – escusado será dizer que os primeiros são “intensamente infraestruturados” e que nas segundas a “infraestrutura é escassa ou mesmo ausente”. Nestes contrastes e iniquidades, no meio deste mar de contradições e crise, sobressai um atributo. A urbanização do planeta, afirma Domingues no seguimento de Mike Davis e do seu apocalíptico *Planet of Slums* (2006), é na sua maioria a “urbanização da pobreza”. Para Álvaro Domingues, tal como para Davis, a intensificação dos processos de urbanização está a transformar as cidades do Sul em gigantescos repositórios de marginalidade, informalidade e pobreza “onde a maior parte parece nada ganhar, nem do desmoronamento das suas culturas, territórios e modos de vida tradicionais, nem de uma modernidade violenta que só os toca como possíveis consumidores e, sobretudo, como trabalhadores quase neo-escravos”.

Com este modo de olhar o Sul não é surpreendente que poucas ideias daí venham. Se há um novo léxico para criar não é certamente aí que ele se irá formar. Esta desconsideração pelas “epistemologias do Sul” de que fala Boaventura de Sousa Santos leva Álvaro Domingues a ver a “rua da estrada” em Luanda ou em Nova Deli (ver Domingues, 2015, 12 de Março e 2016, 24 de Fevereiro) mas impede-o de considerar ideias ou conceitos teóricos que possam vir em sentido contrário. O que não quer dizer que Domingues não esteja aberto a receber influências de outras paragens. Em boa verdade, ele frequentemente aceita

os preceitos de ideias construídas em contextos específicos, que podem ou não ter que ver com o que se passa em Portugal. Aquilo que as une é virem sempre e invariavelmente do Norte. Perante este seu contributo indefetível para o fortalecimento e reprodução da separação geográfica profunda da teoria urbana, as mesmas que têm sido criticadas por Jennifer Robinson e Ananya Roy, são várias as perguntas que se põem. Será que ao desconsiderarmos a maior parte do mundo na vigilância apertada das formas de produção de conhecimento que pretendemos promover, não estaremos a esquecer o papel central da violência colonial no silenciamento de certas narrativas e na constituição das totalidades que queremos criticar (Cf. Ribeiro Sanches, 2005)? E será que quando assim circunscrevemos as representações narrativas do território que pretendemos promover, não estamos a colocar limites indesejados à nossa capacidade de teorizar? E que dizer da realidade em que pretendemos intervir se as nossas formas de olhar, planejar e imaginar forem tão marcadamente eurocêntricas? Será que não estamos a esquecer o nosso passado? Será que não estamos a negligenciar o nosso presente? E será que não estamos também assim a obstruir a construção de ideias a partir daqui?

## 6. EPÍLOGO

### Como (...) Coisas Que Não Existem

No final de 2015, a 31ª Bienal de São Paulo viajou até ao Porto. Com um título cujo verbo foi deixado em aberto por forma a evocar as múltiplas ações através das quais *as coisas que não existem* podem ser tornadas presentes, a exposição brasileira propôs-se a usar a arte para expandir o leque de possibilidades de ação e intervenção no mundo. No Museu de Serralves, a sua reconfiguração foi preparada de acordo com o contexto físico, social e cultural da cidade do Porto, com o objetivo “condensar” as suas ideias e de se centrar “no modo como a arte pode alterar formas de pensar o mundo” (Museu de Serralves, 2015).

Entre os vários temas evocados pelo conjunto de obras selecionadas para fazer a viagem do Brasil até Portugal, destacaram-se diferentes questões ligadas ao colonialismo e à sua tenacidade. Foi nesse âmbito que, no catálogo da exposição de Serralves, Marta Lança escreveu um brevíssimo comentário às comemorações dos 40 anos de independência dos países africanos de língua oficial portuguesa no qual criticou veementemente a forma como em Portugal se constrói hoje em dia a ideia de África. Na sua perspetiva, o modo como o fazemos está marcado pela dificuldade que ainda temos em encarar o nosso

passado colonial, pela relativa falta de interesse com que consideramos a experiência de cada um desses países para além da nossa ‘história comum’, bem como pela recusa em reconhecer a prevalência do colonialismo em muitas das nossas vivências contemporâneas. “Durante as comemorações dos 40 anos”, afirma Lança (2015, p. 146), “pudemos perceber o quanto ainda há por descolonizar nas mentalidades”.

Ao analisar as propostas teóricas de João Ferrão e Álvaro Domingues, dois autores que recorrentemente põem em causa o núcleo dominante das disciplinas de ordenamento em Portugal, este artigo pretende ilustrar o quão enraizada está a imaginação colonial no nosso território, planeamento e urbanismo. Também aqui há muito por descolonizar. Também aqui há que estimular novas formas de interpretar, compreender e ensinar o passado e o presente. Também aqui há que trazer à existência *as coisas que não existem*.

Considerando que a nossa compreensão e capacidade de ação são sempre limitadas ou parciais, muitas coisas ficam de fora dos modos comumente aceitos de pensar e de atuar. Porém, essas coisas que não existem são essenciais para superar expectativas e convicções. Quando nos encontramos sem saída, debatendo sobre explicações distintas sobre nossa experiência no mundo, as coisas que não existem se tornam tangíveis em sua ausência. Elas nos confrontam quando testemunhamos injustiças ou quando encontramos situações que nos parecem insuperáveis, pois nos fazem falta as ferramentas necessárias para agir.

In Bienal de São Paulo, 2014.

## referências

- Adorno, T. W. (2008 [1948]). *Filosofia da Nova Música*. São Paulo: Perspetiva.
- Ascher, F. (2007). Multimobility, Multispeed Cities: A Challenge for Architects, Town Planners, and Politicians. *Places*, 19 (1), 36-41.
- Baptista, I. (2012). How Portugal Became an ‘Unplanned Country’: A Critique of Scholarship on Portuguese Urban Development and Planning. *International Journal of Urban and Regional Research*, 36 (5), 1076-92.
- Bhabha, H. (1994). *The Location of Culture*. London and New York: Routledge.
- Bienal de São Paulo (2014). Página de introdução à 31ª Bienal de São Paulo. Retirado de <http://www.31bienal.org.br/pt/information/754>.
- Brenner, N. (2004). *New State Spaces: Urban Governance and the Rescaling of Statehood*. Oxford and New York: Oxford University Press.
- Calafate, Ribeiro, M. & Ferreira, A. P. (Eds.). (2003) *Fantasmata e Fantasias Imperiais no Imaginário Português Contemporâneo*. Porto: Campo das Letras.
- Cálix, T. (2015). A Nossa Casa Precisa de uma Realidade. In A. Domingues e N. Travasso (Eds.), *Território: Casa Comum* (pp. 17-21). Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.
- Chakrabarty, D. (2000). *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton and Oxford: Princeton University Press.
- Davis, M. (1990). *City of Quartz: Excavating the Future in Los Angeles*. New York: Vintage.
- Davis, M. (2006). *Planet of Slums*. London: Verso.
- De Soto, H. (2000). *The Mystery of Capital: Why Capitalism Triumphs in the West and Fails Everywhere Else*. New York: Basic Books.
- Dear, M., & LeClerc, G. (Eds.). (2003). *Postborder City: Cultural Spaces of Baja California*. New York: Routledge.
- Domingos, N. & Peralta, E. (2013). A Cidade e o Colonial. In N. Domingos e E. Peralta (Eds.), *Cidade e Império: Dinâmicas Coloniais e Reconfigurações Pós-coloniais* (pp. IX-L). Edições 70, Lisboa.
- Domingues, A. (2008). Urbanização Extensiva – Uma Nova Escala para o Planeamento. In *CITTA 1<sup>st</sup> Annual Conference*.
- Domingues, A. (2009). *A Rua da Estrada*. Porto: Dafne Editora.
- Domingues, A. (2011). Da Cidade ao Urbano. In N. Portas (Ed.), *Políticas Urbanas II: Transformações, Regulações e Projetos* (pp. 19-67). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Domingues, A. (2015a). *Cidade Esponja*. XXI, *Ter Opinião*, 4, 18-31.
- Domingues, A. (2015b). Retóricas do Território. In A. Domingues e N. Travasso (Eds.), *Território: Casa Comum* (pp. 28-37). Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.
- Domingues, A. (2015c). Território como Hipertexto. In A. Domingues e N. Travasso (Eds.), *Território: Casa Comum* (pp. 38-41). Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

- Domingues, A. (2015, 12 de Março). Rua da Estrada de Luanda. *Correio do Porto*. Retirado de <http://www.correiodoportop.pt/rua-da-estrada/rua-da-estrada-de-luanda>.
- Domingues, A. (2016, 24 de Fevereiro). Rua da Estrada de Nova Deli. *Correio do Porto*. Retirado de <http://www.correiodoportop.pt/rua-da-estrada/rua-da-estrada-de-nova-deli>.
- Ferrão, J. (2011). *O Ordenamento do Território como Política Pública*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Fanon, F. (2015 [1961]). *Os Condenados da Terra*. Lisboa: Letra Livre.
- Gaspar, J. (2011). Apresentação: Uma Síntese, um Guia e uma Causa. In J. Ferrão, *O Ordenamento do Território como Política Pública* (pp. 9-16). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gastrow, C. (2014). *Negotiated Settlements: Housing and the Aesthetics of Citizenship in Luanda, Angola*. PhD Dissertation, University of Chicago.
- Gilroy, P. (1993). *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*. London: Verso.
- Guha, R., & Spivak, G. (Eds.). (1988). *Selected Subaltern Studies*. Oxford: Oxford University Press.
- Hall, P., & Pfeiffer, U. (2000). *Urban Future 21: A Global Agenda for 21st Century Cities*. London: E & PN Spon.
- Harvey, D. (1989). *The Urban Experience*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Jacobs, J. M. (1996). *Edge of Empire: Postcolonialism and the City*. London and New York: Routledge.
- King, A. (1990). *Urbanism, Colonialism and the World-Economy*. London and New York: Routledge.
- Knox, P. L. (1995). World Cities in a World-System. In P.L. Knox and P.J. Taylor (Eds.), *World Cities in a World-System* (pp. 3-20). Cambridge: Cambridge University Press.
- Lança, M. (2015). Muito Neo e Pouco Pós. In G. Eliat, C. Esche, M. Burmester e R. Nicolau (Eds.), *Como (Falar Sobre) Coisas Que Não Existem: Um Livro a Partir da 31ª Bienal de São Paulo* (pp. 146-147), Porto: Serralves.
- Museu de Serralves. (2015). Página de apresentação de *Como (Falar Sobre) Coisas Que Não Existem – Uma Exposição a Partir da 31ª Bienal de São Paulo*. Retirado de <http://www.serralves.pt/pt/actividades/como-coisas-que-nao-existem-uma-exposicao-a-partir-da-31-bienal-de-sao-paulo/>.
- Ribeiro Sanches, M. (2005). Introdução. In M.R. Sanches (Ed.), *Deslocalizar a Europa: Antropologia, Arte, Literatura e História na Pós-colonialidade* (pp. 7-21). Lisboa: Cotovia.
- Ribeiro Sanches, M. (Ed.). (2006) *Portugal Não É Um País Pequeno: Contar o "Império" na Pós-Colonialidade*. Lisboa: Cotovia.
- Robinson, J. (2002). Global and World Cities: *A View from off the Map*. *International Journal of Urban and Regional Research*, 26 (3), 531-54.
- Robinson, J. (2004). Cities between Modernity and Development. *South African Geographical Journal*, 86 (1), 17-22.
- Robinson, J. (2005). Urban Geography: *World Cities, or a World of Cities*. *Progress in Human Geography*, 29 (6), 757-65.

- Robinson, J. (2006). *Ordinary Cities: Between Modernity and Development*. London and New York: Routledge.
- Robinson, J. (2011). Cities in a World of Cities: *The Comparative Gesture*. *International Journal of Urban and Regional Research*, 35(1), 1-23.
- Roy, A. (2005). Urban Informality: Toward an Epistemology of Planning. *Journal of the American Planning Association*, 71 (2), 147-58.
- Roy, A. (2009). The 21st-Century Metropolis: New Geographies of Theory. *Regional Studies*, 43 (6), 819-30.
- Roy, A. (2011). Postcolonial Urbanism: Speed, Hysteria, Mass Dreams. In A. Roy and A. Ong (Eds.), *Worlding Cities: Asian Experiments and the Art of Being Global*(pp. 307-35). Chichester: Wiley-Blackwell.
- Roy, A., & AlSayyad, N. (Eds.). (2004). *Urban Informality: Transnational Perspectives from the Middle East, Latin America, and South Asia*. Oxford: Lexington Books.
- Roy, A., & Ong, A. (Eds.). (2011). *Worlding Cities: Asian Experiments and the Art of Being Global*. Chichester: Wiley-Blackwell.
- Said, E.W. (1983). Traveling Theory. In E.W. Said, *The World, the Text, and the Critic* (pp. 226-47). Cambridge: Harvard University Press.
- Said, E.W. (2004 [1978]). *Orientalismo: Representações Ocidentais do Oriente*. Lisboa: Cotovia.
- Said, E.W. (2005 [1994]). Reconsiderando a Teoria Itinerante. In MR Sanches (Ed.), *Deslocalizar a Europa. Antropologia, Arte, Literatura e História na Pós-colonialidade* (pp. 25-42). Lisboa: Cotovia.
- Sassen, S. (2001). *The Global City: New York, London and Tokyo*. Princeton and Oxford: Princeton University Press.
- Smith, N. (1996). *The New Urban Frontier: Gentrification and the Revanchist City*. New York: Routledge.
- Soja, E. (1992). Inside Exopolis: Scenes from Orange County. In M. Sorkin (Ed), *Variations on a Theme Park: The New American City and the End of Public Space*. New York: Hill & Wang.
- Sousa Santos, B. (1985). Estado e Sociedade na Semiperiferia do Sistema Mundial: O Caso Português. *Análise Social*, 87-89, 896-901.
- Sousa Santos, B. (1988). *Um Discurso Sobre as Ciências*. Porto: Afrontamento.
- Sousa Santos, B. (2001). Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, Pós-colonialismo e Inter-identidade. In A.S. Ribeiro e M.I. Ramalho (Eds.), *Entre Ser e Estar: Raízes, Percursos e Discursos da Identidade* (pp. 23-86). Porto: Afrontamento.
- Sousa Santos, B. (2006). *A Gramática do Tempo: Para Uma Nova Cultura Política*. Porto: Afrontamento.
- Sousa Santos, B. (2007). Para Além do Pensamento Abissal: Das Linhas Globais a uma Ecologia de Saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 3-46.
- Sousa Santos, B., & Meneses, M. P. (Eds.). (2009). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina.
- Sousa Santos, B. (2011). *Portugal: Ensaio Contra a Autoflagelação*. Coimbra: Almedina.

Spivak, G. (1985). Can the Subaltern Speak? Speculations of Widow Sacrifice. *Wedge*, 7/8, 120-130.

Taylor, P. J. (2004). *World City Network: A Global Urban Analysis*. London and New York: Routledge.

Travasso, N. (2015). Imaginar o Território, Construir a Casa Comum. In A. Domingues e N. Travasso (Eds.), *Território: Casa Comum* (pp. 184-187). Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

Vale de Almeida, M. (2000). *Um Mar Cor de Terra: Raça, Cultura, e Política da Identidade*. Oeiras: Celta.

Vale de Almeida, M. (2002). O Atlântico Pardo: Antropologia, Pós-colonialismo e o Caso Lusófono. In C. Bastos, M. Vale de Almeida e B. Feldeman-Bianco (Eds.), *Trânsitos Coloniais: Diálogos Críticos Luso-Brasileiros* (pp. 23-37). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Wallerstein, I. (1984). *The Politics of the World-Economy: The States, The Movements and the Civilizations*. Cambridge: Cambridge University Press.